

EQUÍVOCOS E EFEITOS DA MEMÓRIA NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: REFLEXÕES SOB O VIÉS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Alex Medeiros Kornalwski

Doutorando em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bibliotecário na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz.

E-mail: alexmedeiros87@hotmail.com

Francisco Ramos de Farias

Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutor em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas.

E-mail: frfarias@uol.com.br

Recebido em: 08/02/2019

Aceito em: 30/05/2019

RESUMO

Discutir sobre os equívocos e aspectos da memória, com o intuito de dirimir problemas teóricos e, por conseguinte, práticos da mesma na atuação do bibliotecário. O procedimento metodológico adotado é a revisão bibliográfica utilizando-se das qualidades elementares ao campo da Memória Social em consonância com sua aplicação em um estudo de caso hipotético, justificável devido ao caráter exploratório e sua aplicabilidade em diversas tipologias de bibliotecas ou unidades de informação. Eis alguns equívocos que serão analisados: O reducionismo do campo da Memória Social, o “resgate” de memória, a “univocidade”, a “neutralidade” e o lugar de memória como salvaguarda. Após, cabe-nos refletir sobre características fundamentais da memória (construção processual, duração, polimorfia, intencionalidade, dicotomia) no fazer do bibliotecário, especificamente na política de desenvolvimento de coleções, em prol de uma discussão que fomenta práticas salutares e diminua equívocos – ou mesmo dispositivos de objetivação – no ambiente de trabalho. Além disso, o campo da Memória Social é interdisciplinar, porém com o intuito de promover discussões transdisciplinares, o que reforça a necessidade de pensarmos a atuação do bibliotecário além das ferramentas e práticas usuais dentro do seu campo de formação, pois se o foco deste profissional é o usuário, logo é mister que se adaptem as demandas do corpo social. Conclui-se que a discussão das ferramentas conceituais do campo da Memória Social, aplicado ao fazer do bibliotecário, são peças-chave no que diz respeito à revisão e fortalecimento de políticas, além de fortalecer a missão e visão da biblioteca. Em suma, a memória é ação.

Palavras-chave: Memória. Equívocos. Desenvolvimento de coleções. Dispositivos de objetivação. Bibliotecário – aspectos gerenciais.

MISTAKES AND EFFECTS OF THE MEMORY IN THE SCOPE OF THE LIBRARIAN'S PERFORMANCE: REFLECTIONS UNDER THE BIAS OF COLLECTIONS DEVELOPMENT POLICY

ABSTRACT

To discuss the mistakes and aspects of memory, in order to solve theoretical problems and, therefore, practical problems of the same in the work of the librarian. The methodological procedure adopted is the bibliographic review using the elementary qualities to the field of Social Memory in consonance with its application in a hypothetical case study, justifiable due to the exploratory character and its applicability in several typologies of libraries or information units. Here are some misunderstandings that will be analyzed: The reductionism of the field of Social Memory, the "rescue" of memory, "univocity", "neutrality" and the place of memory as a safeguard. Afterwards, it is necessary to reflect on the fundamental characteristics of memory (procedural construction, duration, polymorphism, intentionality, dichotomy) in the librarian's doing, specifically in the politics of collections development, for a discussion that fosters salutary practices and reduces misconceptions - or even objectifying devices - in the workplace. In addition, the field of Social Memory is interdisciplinary, but with the intention of promoting transdisciplinary discussions, which reinforces the need to think about the librarian's performance beyond the usual tools and practices within his field of training, because if the focus of this professional is the user, so it is necessary to adapt the demands of the social body. It is concluded that the discussion of the conceptual tools of the Social Memory field, applied to the librarian's role, are key elements in the review and strengthening of policies, as well as strengthening the library's mission and vision. In short, memory is action..

Keywords: Memory. Mistakes. Development of collections. Objectivization devices. Librarian - managements aspects.

1 INTRODUÇÃO

A memória tem uma plasticidade que lhe permite atravessar vários campos do conhecimento, os corpos, as instituições, haja vista que a memória, na esfera das relações humanas, é social. Assim sendo, como é a relação dos profissionais que de forma voluntária ou involuntária, atuam com as múltiplas nuances da memória? Sabe-se que o bibliotecário se encontra em um espaço que se relaciona com as implicações do campo da Memória Social, seja pelo viés da instituição, do acervo, dos processos exercidos por este

profissional no ambiente de trabalho, das políticas, ou seja, a memória percorre todas as bifurcações possíveis, o que nos incita discorrer sobre algumas questões.

Nessa relação entre o bibliotecário e a memória, vale ressaltar que seguiremos um caminho cujo procedimento metodológico é a revisão bibliográfica com o intuito de analisar os equívocos e implicações mnésicas comumente discutidas dentro do campo da Memória Social. Desta forma, o trabalho se desdobra da seguinte maneira: na seção que aborda os aspectos conceituais da memória, iremos discorrer sobre alguns equívocos dentre os quais podemos citar o uso inadequado do termo “memória social” como se fosse um conceito, ao invés de entendermos que este termo se refere a um campo de estudos interdisciplinar; em seguida, vamos discutir sobre o equívoco do termo “resgate”; sobre a “univocidade” da memória, haja vista que a mesma apresenta múltiplos vieses; as implicações éticas e políticas da memória, pois a mesma não pode ser vista como se fosse neutra e a problemática do emprego conceitual lugar de memória.

Na seção seguinte, vamos colocar em prática alguns conceitos do campo da Memória Social no fazer bibliotecário, dando destaque a política de formação e desenvolvimento de coleções. Em complemento, questões gerenciais e o entendimento de como formar, ou revisar, a missão e a visão da biblioteca se fazem necessários. Neste breve exercício, podemos depreender que a memória é uma ferramenta entrelaça com as ações do bibliotecário, o que ressalta a importância de despendermos forças no que diz respeito à diminuição dos equívocos e promoção de revisões sobre a prática profissional.

2 DO EQUÍVOCO AS AÇÕES ERRÔNEAS: ELUCIDAÇÕES SOBRE A MEMÓRIA

O avanço dos diversos campos científicos e, por conseguinte, de seus entrelaçamentos com outros campos do saber, promovem o que chamamos de interdisciplinaridade. Essa abordagem estabelece o diálogo entre as áreas, em prol da construção de conhecimentos cuja determinada área por si só não conseguia prover soluções, o que por vezes, coloca em xeque a própria questão da divisão disciplinar, “valorizando pesquisas capazes de atravessar os domínios separados” (GONDAR, 2016, p. 22). Têm-se múltiplas perspectivas que surgem a partir dessas interações, trazendo novas visões muitas das vezes sobre o mesmo conceito. Em exemplo, o termo memória é empregado de forma distinta no campo da Informática, Letras, História, Biologia, Psicologia, Sociologia, Dança, Memória Social, Ciência da

Informação entre outros. Em suma, seja um campo disciplinar ou interdisciplinar, a multiplicidade, e por sua vez a possibilidade de equívocos, se faz cada vez mais presente. Sendo assim, antes de discutirmos sobre alguns aspectos da memória, cabe-nos discutir sobre os equívocos cometidos pelas pessoas, e especificamente sobre o entendimento do conceito de equívoco.

O equívoco se distingue do erro. No primeiro caso, temos a criação de heterogeneidades que são colocadas como premissas; enquanto que no segundo caso, o problema ocorre com premissas já constituídas e legitimadas como heterogêneas (CASTRO, 2005). Logo, temos no equívoco um jogo de criação, que pode vir a se tornar um pensamento, teoria ou mesmo prática “oficial” ao disseminarmos o resultado dessa concepção por intermédio das ferramentas de fala, discurso, textos científicos, imagens, costumes entre outros, dito de outra forma, podemos dizer que “o equívoco, em suma, não é uma falha subjetiva, mas um *dispositivo de objetivação*” (CASTRO, 2005, p. 154).

Com o intuito de evitar dispositivos de objetivação oriundos de equívocos quanto à relação da memória com as ações do bibliotecário, vamos discorrer sobre os seguintes problemas: o reducionismo do campo da Memória Social, o “resgate” de memória, a “univocidade”, a “neutralidade” e a biblioteca como lugar de memória, ou salvaguarda da memória.

2.1 REDUCIONISMO: O CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL VISTO COMO UM CONCEITO

O primeiro equívoco é pensar a memória social como se fosse um mero conceito, quando na verdade a mesma se estrutura como um campo de estudos. Esses estudos se fundamentaram a partir dos escritos *Les cadres sociaux de la mémoire* e *La mémoire collective* de Maurice Halbwachs, sociólogo francês oriundo da escola Durkheimiana, porém tendo sofrido influências de Henri Bergson. Halbwachs empregou a abordagem de que a memória envolve os aspectos de duração, continuidade e estabilidade, sem, contudo, questionar a possibilidade da memória se constituir por intermédio da imposição, dominação e violência, ou seja, a memória era vista como uma ferramenta que promove a coesão social (POLLAK, 1989).

O fato de que a memória pode ser vista como um quadro do social, ao mesmo tempo em que a mesma se constitui a partir das múltiplas perspectivas individuais, mostra-se como uma grande contribuição para a sociologia, ao mesmo tempo em que fundamenta um campo

específico que tem por interesse refletir sobre a construção e os efeitos da memória no corpo social, de forma a abrigar inúmeros autores que contribuem de forma direta ou indireta para a constituição e atualização desse campo do saber.

Logo, podemos dizer que o campo da Memória Social vive em constante construção, mas não podemos cair no equívoco de empregar o termo “memória social” como se fosse um conceito, como ocorre, por exemplo, nos empregos seguintes: “analisar a construção da memória social de uma determinada sociedade”, “Estudar o ritual Kuarup¹ como uma memória social em permanente construção”, “os símbolos afro-religiosos permitem a ressignificação da memória social” entre outras circunstâncias cujo equívoco, acarreta na objetivação do termo memória social como se fosse um conceito, negligenciando-o como um campo de estudos interdisciplinar ao mesmo tempo em que legitima um reducionismo de suas funções.

Vale ressaltar que a própria noção de memória como uma ferramenta de coesão social, pensamento Halbwachiano, ao mesmo tempo em que abriu as fronteiras para se pensar o corpo social para além dos pressupostos Durkheimianos, também é um enquadramento, e não uma discussão que engloba os conceitos do âmbito da memória em toda sua completude, haja vista que o termo coesão social implica em enquadrar uma sociedade tal como se não houvesse singularidades, o que suplanta as possibilidades de se pensar as diferenças, vistas como anomia no viés de pensamento da escola Durkheimiana ao invés de se pensar a ausência de compatibilidades, coesão, como formas divergentes ou nuances identitárias não definidoras do ser, dito de outra forma, a memória é vista como algo coesa e qualquer ser que difere da harmonia proveniente da memória e, por conseguinte, da sua formação identitária é visto como algo patológico, desprovido de relações com o social.

Todavia, podemos discorrer sobre a construção da memória, o que nos incita a refletir sobre o seguinte aspecto: a organização, haja vista que a memória, independente de se constituir de forma consciente ou inconsciente, se organiza em “função das preocupações pessoais e políticas do momento” (POLLAK, 1992, p. 204). Neste caminho, se infere a possibilidade de construções mnésicas distintas de acordo com as implicações históricas,

¹ O Kuarup é um ritual de homenagem aos mortos ilustres, celebrado pelos povos indígenas da região do Xingu, no Brasil.

políticas, sociológicas e afins de uma determinada circunstância, ou seja, a memória se mostra como algo não estanque, cuja plasticidade adquire moldes distintos.

Podemos exemplificar esse processo de construção em vários níveis e fenômenos, desde uma massa protoplasmática até as complexas tomadas de decisão do ser humano. Para fins de exemplificação, lhes convido a pensar sobre uma ação, em um nível elementar, como é o caso de uma ameba: tem-se uma matéria viva que é flexível à vontade, além de crescer e evoluir tomando os seguintes rumos: de um lado, ela pode direcionar-se para ação, independente do grau de profundidade ou intensidade; do outro, a mesma pode se manter tal como está, suprindo suas necessidades sem ter que se mover, sendo que em ambos os casos a característica principal que se mostra presente é a questão da consciência (BERGSON, 2009).

A consciência, tal como é definida por Bergson (2009), implica em um caminho, no qual escolhas são feitas, independente de podermos denotar intencionalidade ou não, nos seus atos, ao mesmo tempo em que a consciência é vista como sinonímia da memória, pois as escolhas se constituem como registros mnêmicos do ser.

Assim, é possível observar a consciência, e, portanto, a qualidade de escolha, dos seres, pois mesmo uma ameba se estabelece a partir dos caminhos e métodos empregados para sua sobrevivência, o que denota um enquadramento, uma organização, de como proceder para se mover, se alimentar, para crescer, se deslocar ou manter-se fixo em um determinado lugar, o que demonstra que a consciência e seu caráter de escolha se encontra imanente em todos os seres (BERGSON, 2009).

Em suma, podemos dizer que o campo da memória social passa por constantes modificações, ou que o mesmo vive em permanente construção. No que diz respeito à palavra memória como um conceito, podemos dizer que a mesma se constrói a partir dos conflitos entre lembranças e esquecimentos, o que nos faz pensar na existência de uma consciência, e, por conseguinte, na escolha que pode promover tanto uma coesão, quanto diferenças e ou conflitos no corpo social.

2.2 A ILUSÃO DO “RESGATE” MNÉSICO

Tornou-se senso comum o uso do termo “resgate” aplicado aos aspectos da memória em prol de um retorno salutar ou que se faz necessário. Frases como “promover o resgate da memória da biblioteca”, “o acervo permite o resgate da memória daquele que efetuou

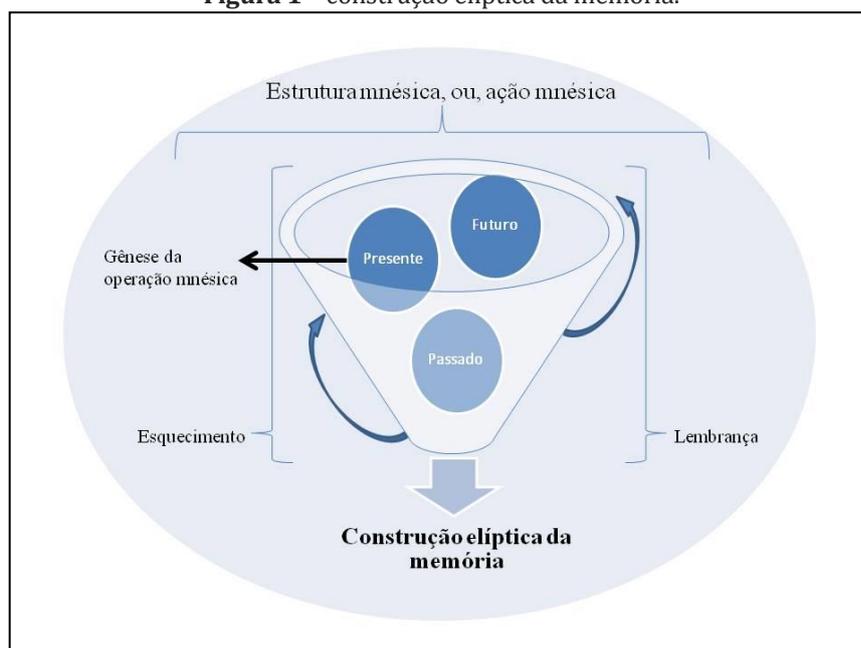
uma doação à biblioteca”, “devemos resgatar as memórias daqueles que sobreviveram à ditadura” emprega-se o termo “resgate”, como se a memória fosse um objeto congelado no tempo e passível de ser fisgada por um pescador muito habilidoso, cuja característica principal é a de não modificar ou deturpar esse “peixe” chamado memória.

Entretanto, pensar a memória como algo que pode vir a ser “resgatado” é um equívoco, haja vista que a memória, tal como Pollak nos apresenta, é algo que se constrói a partir de lembranças e esquecimentos, ou seja, a partir daí, temos a noção de que toda memória é ao mesmo tempo algo que está em evidência, mas que também deixou muitos fragmentos ancorados ao esquecimento (POLLAK, 1989). Logo, não podemos empregar o termo resgate, pois não há possibilidade de trazermos a memória como se fosse um passado engessado, dito de outra forma, a memória, ou, “a esfera social é viva, pulsante e em constante mudança” (GONDAR, 2016, p. 35).

Outro equívoco por trás do termo “resgate” é o fato de atrelarmos a memória como algo que advém do passado. Na verdade, a memória tem por função “reter o que já não é, antecipar o que ainda não é” (BERGSON, 2009, p. 5). Por mais que a memória traga em sua formação lembranças, portanto traços do passado, a mesma só se constitui como memória no presente, a partir da nossa consciência, nossas escolhas em prol de uma ação para o futuro, o que inviabiliza o uso do termo “resgate”, pois não se resgata a memória, mas se permite a sua criação, sempre no presente.

Em síntese, a memória é uma construção elíptica que se inicia a partir do presente, sendo este momento a gênese da operação mnésica, no qual ocorre o entrelaçamento do passado com as possibilidades de usufruto, ou, o porvir. Essa perspectiva utiliza-se de um viés Halbwachiano e Bergsoniano, tendo em vista que essa estrutura mnésica, ou ação mnésica, é fruto da nossa relação com o presente, que implica no lugar em que o sujeito ocupa no momento, a dinâmica desse espaço, do grupo ao qual o sujeito se relaciona, sendo, então, “uma corrente de pensamento contínuo” (HALBWACHS, 2006, p. 102). Em complemento, essa continuidade, ou duração, é reforçada pela lógica bergsoniana no qual a memória é vista como algo que envolve a tríade, passado, presente e futuro de uma forma não linear, mas sim entrecruzada, cujo corpo do sujeito mostra-se mais do que um simples receptáculo de memórias, mas sim como uma fonte com o potencial de escolha para evocar a lembrança útil, ou memória, “que completará e esclarecerá a situação presente em vista da ação final” (BERGSON, 2010, p. 209). Para fins de ilustração do pensamento, cabe verificarmos a figura 1 na próxima página.

Figura 1 – construção elíptica da memória.



Fonte: elaboração do autor (2018).

2.3 A “UNIVOCIDADE” DA MEMÓRIA

Halbwachs apresenta-nos a tese de que a memória não é puramente individual, haja vista que depende do meio, dos grupos para se construir, ou seja, a memória se mostra como um fenômeno social que se modifica de acordo com “as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69). Todavia, a memória não se restringe a uma única construção social. Se a constituição da memória depende dos múltiplos pontos de vista dos sujeitos para se constituir, também podemos dizer que estes pontos de vistas são versões singulares da memória. Em exemplo, podemos ver inúmeras políticas de desenvolvimento de coleções que divergem de acordo com as especificações de uma biblioteca. Por mais que a preocupação seja a mesma, estabelecer critérios para as coleções da biblioteca, uma biblioteca vai priorizar sua formação com base no acervo de química, outra vai priorizar acervo didáticos de cursos de graduação, outra vai priorizar periódicos, outra vai priorizar a atualização do acervo.

Por vezes essa multiplicidade de memórias pode se entrelaçar formando uma só, ou mesmo promover novas formações mnésicas, como é o caso dos eventos (seminários, congressos e afins) no qual os profissionais e pesquisadores estabelecem comunicações com seus pares, de forma a promover o diálogo entre vários pontos de vista da memória. Por trás dessa interação entre as memórias tem-se “a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 2012, p. 213).

A noção de narrador em Benjamin é crucial para entendermos a importância da memória como algo que não pode ser visto como um ser unívoco, pois tal como vimos no questionamento do termo “resgate”, a memória não é algo engessada, única, que só existe uma versão, construída para propiciar uma determinada coesão social. Mesmo a memória dita nacional, abriga em seu interior várias outras perspectivas que buscam por um espaço no qual podem alçar voo.

Se pensarmos na crítica social, podemos citar uma miríade de autores que pensam sobre a vulnerabilidade de diversas formas, de escritas diferentes: Castro Alves, preocupava-se com a questão dos escravizados; Lima Barreto refletia sobre a situação do negro nas cidades; João do Rio escrevia sobre os negros, pobres, prostitutas, bêbados, presos. Múltiplas visões, ou memórias, que promovem a discussão sobre a vulnerabilidade.

A memória se apresenta de diversas formas, seja pelo viajante de terras distantes, seja pelo senhor que nunca saiu do seu pequeno ambiente, seja por aquele que narra tanto a sua experiência como a que lhe foi relatada por outros, o que demonstra que mesmo ao estabelecermos um esforço para enquadrar a memória, não podemos nunca pensar que a mesma é unívoca, pois sempre haverá outros que anseiam por narrar sua experiência, sua memória (BENJAMIN, 2012).

2.4 QUANTO A “NEUTRALIDADE” DA MEMÓRIA

Ao desenvolvermos uma pesquisa que trabalhe com as ferramentas conceituais da memória, devemos ter cuidado ao construir uma memória como se fosse um *modus veritas* de uma determinada esfera social. Se a memória é uma construção que se dá no presente com vistas ao porvir, ao mesmo tempo em que pode apresentar outras versões sobre a mesma temática, é mister que dediquemos um espaço para discutir as implicações éticas e políticas da memória.

A memória resulta de um sujeito, sociedade e destina-se ao futuro, sendo, portanto, dotada de uma intencionalidade (GONDAR, 2016). O fato de um ser possuir consciência para seguir, escolher e agir em determinados caminhos, não significa que as trilhas descartadas não existam ou não estejam disponíveis para o mesmo ou para outrem. Além da memória “oficial”, por exemplo, a memória construída em torno dos termos de “nação”, “pátria” e afins, também temos a promulgação do esquecimento de minorias, tais como: a classe pobre, pessoas de determinada orientação sexual, religiosa, dependentes químicos, estrangeiros e

demais diferenças que costumam ser ignoradas, apesar dessas “memórias subterrâneas” ressurgirem em diversos momentos, de forma a promover uma disputa de memórias (POLLAK, 1989).

Depreende-se que a memória subterrânea, também se aplica a todos os níveis individuais e sociais ou institucionais, independente dos seres e grau de complexidade, se constitui de forma velada tanto no caso da formação de uma memória dita “oficial”, “nacional”, como nas inúmeras capilaridades, dentre as quais podemos questionar o que há de subterrâneo na formação de um determinado grupo social, instituição, processos empregados em determinados serviços e afins.

Se podemos dizer que a memória é uma construção processual, que pode eclodir na formação de uma memória adotada como principal, em detrimento de outras memórias que são subjugadas, também é pertinente pensarmos no processo de “vicarização” da memória, ou seja, na memória que substitui ou faz as vezes de outrem.

Em seu livro *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), Sarlo evoca algumas definições sobre este caráter substitutivo da memória, no qual ela designa a palavra vicária como, aquilo que lembramos sem, contudo, ter vivenciado (YOUNG, 2002), além de considerar este processo como pós-memória (HIRSCH, 2012). O conceito de memória vicária estabelece um diálogo com Pollak, pois o mesmo qualifica a apreensão destas memórias como acontecimentos “vividos por tabela”, confirmando uma sensação de pertencimento do indivíduo ou grupo na memória sem necessariamente ter presenciado o fato que esta evoca (POLLAK, 1992).

Sarlo exemplifica a atuação da memória vicária ao discorrer sobre a maneira como a memória da ditadura militar na Argentina se constitui e se legitimou de tal forma que soterrou a memória de ex-presos políticos, exilados, perseguidos. Constata-se que ao mesmo tempo em que se instaura uma memória, outra torna-se velada, portanto passa ao status de uma memória subterrânea. Logo, podemos constatar que a neutralidade da memória é impossível.

2.5 O LUGAR DE MEMÓRIA

Para Nora (1993, p. 9): “A memória se enraíza no concreto”. Com estas palavras, ele reflete sobre o que denomina “lugares de memória”, ou séries as quais podemos compreender os lugares que possuem esta proposta metodológica, que por sua vez,

possibilita o fazer historiográfico, tendo como arcabouço memória, recordações. Entretanto, o conceito de lugares de memória é uma tentativa fadada à ruína, pois o mesmo elenca diversos espaços, tais como: museus, arquivos, festas, processos verbais, monumentos, santuários, bibliotecas entre outros como testemunhas do que já se foi, ou ilusões de eternidade (NORA, 1993, p. 13). Verifica-se um paradoxo, pois o mesmo que pode promover registros mnésicos também é aquele que se fragiliza com o tempo, age como ruínas a expor os restos de outrora. O mesmo ressalta que os lugares de memória possuem três qualidades, a saber: material, simbólico e funcional. O autor reforça que esses sentidos coexistem sempre, variando apenas o grau de influência que cada um exerce (NORA, 1993). É mister uma explanação sobre as qualidades citadas.

No sentido material considera-se o conteúdo demográfico, o espaço, o local em que o item, instituição habita, as influências que o fizeram ser construído num determinado lugar, sob determinados aspectos. Em síntese, não apenas a materialidade – em exemplo, a constituição de uma biblioteca e o entendimento dos materiais utilizados para a sua edificação – mas as questões pertinentes a geografia em que o mesmo se encontra, são aspectos que contemplam a qualidade material proposta por Nora.

O sentido simbólico é apreendido pelos fatores subjetivos que constituem uma determinada obra ou instituição, por exemplo, as profissões envolvidas no funcionamento de uma biblioteca, os desejos e motivações de cada segmento que se relaciona com a instituição exemplificada (auxiliares de bibliotecas, bibliotecários, estagiários, usuários da biblioteca e seus diversos segmentos), ou seja, uma determinada instituição pode possuir símbolos que comunicam a determinados segmentos em detrimento de uma grande parcela que não conhece ou não possui alguma relação com o exposto: uma biblioteca de cinema pode propiciar vínculos simbólicos com pessoas que atuam na área cinematográfica, que foram usuários dessa instituição ou por curiosos que simplesmente ao passar perto da instituição se lembram de momentos vividos próximo aquele ambiente, o simples admirar estético da arquitetura entre outras circunstâncias que podem denotar, de forma voluntária ou involuntária, um sentido simbólico.

O sentido funcional é a realização das motivações, é a razão de ser explicitada: uma biblioteca cuja função é prover o acesso à informação de determinada ordem em certas circunstâncias para segmentos específicos ou gerais, por intermédio de determinadas tipologias documentais, meios de pesquisa e corpo técnico. O sentido funcional sustenta o fato de um determinado lugar ser visto, em termos conceituais, como um lugar de memória,

contudo, não é raro haver inconsistências no que diz respeito ao entendimento da funcionalidade de uma determinada instituição bem como fragilidades discursivas quanto a sua importância mnésica, sendo problemas, a priori, visíveis a partir da própria fragilidade quanto a construção de uma missão e visão da instituição. Questões que serão analisadas na próxima seção.

A visão romântica, por vezes pessimista, empregada por Pierre Nora aos lugares de memória como “ilusões da eternidade”, ou seja, ruínas a demonstrar que muito já se perdeu e no presente temos apenas os restos, demonstra um equívoco quando esquecemos que o autor usa o termo lugares de memória, para denotar restos e não um espaço que apresenta a memória em toda sua plenitude. Dizer que a biblioteca é um lugar de memória não é dizer que ela apresenta uma salvaguarda plena de um determinado segmento mnésico, mas sim, dizer que a biblioteca apresenta restos, ruínas, ausências de algo que já não é mais.

Além disso, o emprego do conceito de lugar de memória também é falho pelo fato de ignorar a memória como algo não linear, que segue a linha didática passado, presente e futuro, o que fere o princípio bergsoniano de memória como algo atemporal, que se dá no presente e não como restos do outrora (BERGSON, 2009).

3 O BIBLIOTECÁRIO EM AÇÃO: A MEMÓRIA COMO UMA FERRAMENTA DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

O bibliotecário e demais profissionais que atuam com a informação, também podem dizer que trabalham com os preceitos básicos da memória. Entretanto, dizer que o bibliotecário trabalha com a memória de uma instituição, acervo ou pessoa, ao mesmo tempo em que afirma que a biblioteca é um lugar de memória significa tanto quanto nada, ao mesmo tempo em que banaliza o entendimento conceitual e as ferramentas do campo de estudos interdisciplinares da Memória Social que podem ser aplicadas no cotidiano do profissional e da instituição em que o mesmo exerce suas funções.

Independente do mundo de possibilidades disponíveis para discutirmos a importância de se trabalhar com a memória em uma biblioteca, devemos ter clareza quanto a dois pontos principais que norteiam a política de uma biblioteca: sua missão e visão. A missão pressupõe a “razão de ser” ou o motivo para o qual a biblioteca existe; no caso da visão, temos a representação de um estado futuro desejado, ou seja, como a

instituição/biblioteca pretende ser vista e reconhecida, assemelhando-se a uma meta, apesar de não apresentar um prazo determinado de alcance (SCORSOLINI-COMIN, 2012).

Se a missão da biblioteca é, por exemplo, “promover o acesso e incentivar o uso e a geração da informação” ou “contribuir para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão”, é necessário tomar cuidado para que essas premissas que norteiam a escrita de uma missão não promovam equívocos e, por conseguinte, atuem como dispositivos de objetivação (CASTRO, 2005). Cada verbo utilizado na escrita de uma missão pressupõe uma ação, logo, a biblioteca deve se preocupar de fato em exercer as funções que descreve, além de procurar subsídios para manter a sua missão. Em exemplo, de nada adianta a biblioteca escrever na missão “promover o acesso”, se a mesma acredita que basta prover o acesso remoto ao acervo. Há muitos fatores que devem ser considerados, tais como: pensar no acesso à informação para deficientes visuais, problemas de audição, autismo, cadeirante, ausência de conhecimentos como a operação de softwares de pesquisa e navegação na biblioteca digital ou presencial e afins. Se a missão incorpora o “incentivo ao uso e a geração de informação”, ela deve considerar: treinamento no uso das fontes de informação para os usuários, educação continuada dos profissionais que atuam na biblioteca, ter uma política de competência informacional bem estruturada na biblioteca e sua instituição mantenedora, promover o marketing de serviços (pois muitas das vezes o usuário não utiliza dos recursos da biblioteca por desconhecimento dos serviços que a mesma pode proporcionar), incorporar o resultado/produto das pesquisas feitas em parceria com o usuário (inserir os projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses e artigos no acervo, promover o feedback das pesquisas feitas pelos usuários) entre outras ações que respaldam a biblioteca como um lugar que gera informação.

Cabe-nos pensar que uma missão e visão bem estruturadas, consideram aquilo que se é ao mesmo tempo em que diz aquilo que deseja ser. Assim sendo, é mister refletir sobre o que é a biblioteca, para quem serve, o que pretende, além de considerar a relação entre o que deve ser exaltado e o que deve ser excluído na construção da memória da biblioteca, pois se a mesma não apresenta, por exemplo, uma estrutura adequada para se descrever como um espaço que promove a acessibilidade, é inegável que a mesma deve suplantar este termo na constituição de sua missão. Portanto, construir a missão e a visão de uma biblioteca não é apenas escrever uma premissa para cada tópico, mas sim pensar que há uma relação entre o que será evocado em detrimento do que será esquecido, o que afirma o caráter seletivo, portanto isento de neutralidade, e polimórfico da memória, ao mesmo tempo em que a

mesma possibilita, a partir do processo dicotômico entre lembranças e esquecimentos, uma construção processual da memória e, por conseguinte, de um viés identitário (POLLAK, 1992).

O conhecimento sobre os aspectos conceituais da memória também nos instiga a pensar sobre o modo de construção e manutenção da política de formação e desenvolvimento de coleções. Avigoro quanto a metodologia do estudo de caso hipotético, no qual vamos discorrer sobre o processo de construção da política de desenvolvimento de coleções, de forma a segmentar cada etapa, ao invés de focarmos em uma caso real de biblioteca ou unidade de informação, haja vista que o estudo apresenta uma abordagem exploratória da relação dos aspectos da memória no âmbito de atuação do bibliotecário, além de constatar que a aplicabilidade da relação mencionada não é inerente apenas a determinada tipologia de instituição. Particularidades podem ocorrer ou não em uma biblioteca escolar, especializada, pública, universitária e afins. Contudo, o foco do trabalho relaciona a memória como ação em consonância com os feitos do bibliotecário, o que nos isenta de dissertar sobre seus efeitos em uma biblioteca, mas nos convida a se aprofundar nas circunstâncias fundamentais de qualquer instituição que se envolva com os processos políticos de formação e desenvolvimento de coleções. O estudo de caso se aplica ao processo citado e não em uma instituição, haja vista que pode ser estudado como um meio de organização dos dados de ordem social ao mesmo tempo em que preserva o caráter unitário da pesquisa (GOODE; HATT, 1975). Em suma, viabiliza, em certa medida, a replicação da presente análise em instituições cuja política de formação e desenvolvimento de coleções se faz necessária.

Todavia é mister iniciar a reflexão a partir do termo política. Toda política implica em uma escolha ética, que por sua vez nos faz pensar sobre uma consciência, ou memória, sendo esta entendida como uma “conservação e acumulação do passado no presente” (BERGSON, 2009, p. 5). Ao pensarmos na construção de critérios para a aquisição e manutenção de um acervo, muitos dados já disponíveis sobre a biblioteca são utilizados para a construção da política, sendo que todos os critérios adotados são legitimados no momento em que o bibliotecário, com a sua respectiva equipe, oficializa a política que será adotada, ou seja, a política de formação e desenvolvimento de coleções bebe da fonte da memória, no que diz respeito a pesquisa e o levantamento de dados feito pelo bibliotecário, mas ela só se torna real a partir das decisões tomadas no presente. Em suma, são os fluxos de informação formais (inerentes a rotina organizacional) e os fluxos informais de informação (intercâmbio

de conhecimento e experiências) que, ao serem evocados no presente pelos tomadores de decisão, respaldam a política vigente (SCHWEITZER; VARVAKIS, 2019).

A partir do termo política, podemos verificar 5 características da memória inerentes a sua constituição: construção processual, duração, polimorfia, intencionalidade, dicotomia. Essas, diferentes dos equívocos apresentados, são atreladas a formação de qualquer atividade no qual a memória se não é o ator principal, minimamente atua nas “entrelinhas”. Primeiro, atrás de qualquer política há o embate do que será evocado em detrimento do que será esquecido, formalizando, por meio de um conflito dicotômico e intencional, uma construção processual. Além disso, a duração faz parte de qualquer decisão, pois a política envolve escolhas que se dão no presente, mas que se utilizam dados, formalizados no passado, com vistas a efeitos futuros (BERGSON, 2009). Em aditamento, toda política envolve um caminho, não unívoco, mas sim o escolhido, sob certos critérios e circunstâncias, o que reforça as múltiplas perspectivas inerentes a questão da memória (HALBWACHS, 2006). Podemos observar que o conceito de política é complexo pelo simples olhar de alguns critérios provenientes do campo de estudos da Memória Social, o que demonstra a responsabilidade dos profissionais envolvidos na construção de uma formação e desenvolvimento de coleções. É significativo que dissertemos sobre as perspectivas conceituais da política supracitada.

Diversos autores entram em consenso ao afirmar que a política de formação e desenvolvimento de coleções é um processo de construção no qual se fundamenta as diretrizes necessárias para se prover as estratégias, táticas e demais ferramentas pertinentes para instruir a tomada de decisão no gerenciamento das diversas etapas inerentes ao acervo, atrelado com a missão e visão da instituição, seus múltiplos serviços e segmentos de usuários (LIMA; FIGUEIREDO, 1984; VERGUEIRO, 1989; DIAS; PIRES, 2003; MIRANDA, 2007).

Todavia, há uma parca literatura que discute sobre a necessidade de atualização da nomenclatura para “gestão de estoques informacionais” (GEI) ao invés da formação e desenvolvimento de coleções (FDC), sob o argumento de que as novas tecnologias e, por conseguinte, modelos de acervos carecem de espaço na FDC (CORREA; SANTOS, 2014). A questão nos incita a discorrer um pouco sobre as implicações de uma nova nomenclatura.

Primeiro, a noção de “estoques”, apesar de bem fundamentada pelas autoras apresenta o viés etimológico de algo que se encontra armazenado, sob controle, mesmo que situado em um fluxo de constante circulação. Porém, o termo “engessa” quando

pensamos sobre as circunstâncias gerenciais inerentes aos variados suportes eletrônicos não alocados dentro da biblioteca em seu viés físico, digital ou virtual, por exemplo, as bases de dados, multimeios ou objetos tridimensionais, itens que, em certa medida, são mediados ao usuário sem que os mesmos objetos façam parte de um acervo propriamente dito, quiçá de uma biblioteca específica, o que nos faz pensar em uma necessidade diferenciada quanto as “estratégias de controle, organização e tratamento e avaliação diferenciado destes itens”, ao invés de adotar nova nomenclatura (MIRANDA; CARVALHO, 2014, p. 16).

Segundo, a política de FDC é um dos inúmeros modelos de gestão aplicados dentro de uma biblioteca ou unidade de informação, além de que a mesma apresenta diretrizes e literatura para tratar sobre os novos recursos tecnológicos, tais como: e-books, periódicos eletrônicos, bases de dados, planilhas, imagens, gravações sonoras, material gráfico, fotografia, páginas da Web (DIAS; SILVA; CERVANTES, 2012; MIRANDA; CARVALHO, 2014). Em aditamento, é mister a visibilidade do guia intitulado *Questões chave para o desenvolvimento de coleções de recursos eletrônicos*, promovido pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), no qual há diretrizes adotadas em nível nacional e internacional no que diz respeito ao desenvolvimento de coleções que incluam, de forma direta ou indireta, acervos eletrônicos e demais formatos singulares (IFLA, 2012).

Entende-se que a questão não é uma mudança de nomenclatura de uma política que é e continua a ser adotada pelas bibliotecas e ou unidades de informação, mas sim a entrada de novos formatos de suportes, cujo foco deve manter-se na preservação e disseminação de informação e não na preservação física de uma tipologia documental (LEVACOV, 1997).

Vergueiro (1989), aprofunda-se ao descrever o FDC por intermédio de uma composição que envolve seis etapas interdependentes, a saber: estudo da comunidade, política de seleção, seleção, aquisição, avaliação e desbaste. Em todas as etapas é possível, e recomenda-se, pensar em como se dá os processos da memória, no que diz respeito aos critérios de que lembranças devem ser evocadas em detrimento do que será esquecido, ao mesmo tempo em que toda construção de memória pode, e muito provavelmente realiza, um processo de substituição do que será suplantado em prol do que irá adquirir o status de algo oficial (POLLAK 1989; SARLO, 2007). Claro que os autores citados a pouco discutem a memória dentro de um escopo maior, que é o caso dos efeitos mnésicos dentro da esfera do

Estado. Todavia, esses conflitos se dão desde uma escala microscópica, tal como vimos com o exemplo da ameiba, até uma política em escala global. Podemos investigar como se dá a memória nessas etapas da política de formação e desenvolvimento de coleções.

No estudo da comunidade, é crucial o entendimento sobre os “aspectos econômicos, sociais e de outros aspectos inter-relacionados de um grupo selecionado” (FIGUEIREDO, 1998, p. 65). Logo, é um trabalho de memória exercido pelo bibliotecário ao investigar e levantar dados sobre um determinado segmento, real ou potencial, em que se almeja atender. Além disso, que critérios podem vir a ser negligenciados, ou esquecidos, de forma voluntária ou involuntária? Se a biblioteca tiver como prioridade o acervo e fomento a pesquisas na área do audiovisual, será interessante que a mesma esteja localizada próximo ao seu público alvo, caso não como ela deve se portar para suprir a demanda deste grupo? Que outros grupos podem ficar de fora com esta decisão política? Há meios de incorporarmos outros grupos no uso desta biblioteca especializada? Será que não vai afetar a missão, e por sua vez a visão, da biblioteca? Consolidar uma política de coleções não é meramente atender um público, envolve decisões estratégicas, cuja essência envolve o que será evocado em detrimento do que será esquecido.

Na etapa supracitada, é crucial que a instituição possa estabelecer uma espécie de ecossistema comunicativo, de forma a prover uma “interação dialógica entre os diferentes sujeitos que integram a comunidade [...] – família, professores e professoras, estudantes, colaboradores” (KETZER; ROSA, 2019, p. 136). Em suma, as decisões devem ser tomadas sob critérios técnicos, porém sem negligenciar, ou silenciar, os atores essenciais para o estabelecimento da política de FDC, haja vista que a tomada de decisão não pode embasar perspectivas historicamente ultrapassadas, de cunho intolerante ou preceitos morais e religiosos inerente a um determinado gestor em detrimento da comunidade e suas singularidades, por exemplo, o emprego do silêncio como política para construir um projeto de aquisição de acervo que não contempla pesquisadores e demais usuários que necessitem de informação sobre a literatura LGBT, acervos exclusivamente construídos em prol de uma determinada crença religiosa em detrimento de outras ou a simples exclusão por meio de descarte ou desbastamento de determinados títulos sob critérios pessoais do gestor e ou equipe (ISHIMOTO; GARCIA; SOUSA, 2018).

Quanto a política de seleção, temos um instrumento que se destina a oferecer suporte “às decisões de seleção e deve informar: a identificação dos responsáveis de seleção; os critérios utilizados no processo; os instrumentos auxiliares; as políticas específicas; os

documentos correlatos” (VERGUEIRO, 1995, p. 68). No caso da seleção, temos um “processo de tomada de decisão título a título” (FIGUEIREDO, 1998, p. 84). Em ambos os casos, interessa-nos olhar para as múltiplas formas de memória, pois as tipologias documentais e a equipe responsável devem ser encaradas como potenciais narradores, a prover subsídios a partir de suas experiências, seja por intermédio de reuniões, análises documentais, observação dos processos empregados na política de seleção, cuidado na escolha de cada título. Tem-se um momento em que o “intercâmbio de experiências” (BENJAMIN, 2012) se faz necessário incorporando, para além da experiência do bibliotecário, todo saber oriundo de outros profissionais da equipe, documentos e afins.

A aquisição envolve uma complexidade pelo fato de que nas instituições públicas, determinadas leis são consideradas para se escolher os meios de financiamentos e captação de recursos, fornecedores, instrumentos de compra, entre outros pontos. Porém o bibliotecário pode acessar todos os registros de aquisições anteriores, ou estabelecer uma análise do tipo *benchmarking*² para tornar essa etapa mais prática, quiçá flexível e rápida. Nesta análise temos a essência do que é trabalhar com a memória, haja vista que o bibliotecário, ao analisar e implementar a aquisição, almeja captar aquilo que foge nas instituições em que ele observa. Essa tentativa de captar é o que permite a construção de uma memória, sendo este um trabalho paradoxal, pois ao mesmo tempo em que o profissional tenta enquadrar, ou organizar uma memória para fins de atuação, também deixa inúmeros vestígios escaparem do enquadramento, o que reforça a importância de pensarmos a atuação do profissional, em consonância com a memória, como algo que se constitui a partir das preocupações pessoais, éticas e políticas do momento (POLLAK, 1992).

Na etapa de avaliação, três aspectos são fundamentais para pensarmos este processo: primeiro, quem será o responsável pelo processo; segundo, definir padrões e critérios de avaliação; terceiro, pensar na metodologia que será aplicada no processo de avaliação (WEITZEL, 2013). A própria escolha do responsável já denota uma implicação política passível ao mesmo tempo de princípios que serão utilizados em detrimento de outros que serão alocados no esquecimento. Contudo, a escolha dos padrões (assunto do acervo, usuário, tipologia documental, custo) e critérios (conteúdo, adequação ao usuário,

² *Benchmarking* é o processo de investigação em que uma empresa ou biblioteca determina o quão competitivo são seus processos frente ao dos concorrentes, através da comparação, no caso com outras bibliotecas.

características físicas, especiais) devem estar alinhadas com o que se espera da biblioteca, em consonância com a missão e visão, o que intercala tanto a pesquisa do que deverá ser utilizado, com as decisões do responsável que se dá no presente, com vistas ao porvir. Logo, a política se alinha com o viés da duração (BERGSON, 2009).

Quanto ao desbaste, ou seja, “o ajuste do acervo às necessidades da comunidade e à missão institucional” (WEITZEL, 2013, p. 65), podemos aplicar toda conceitual da memória já apresentada nas etapas anteriores, pois pensar na retirada de um material, é colocar em prática uma política ao mesmo tempo de memória e de esquecimento, pois quais critérios devem ser considerados para tal? O espaço, tempo máximo de disponibilidade de uma publicação no acervo, a desatualização, a não pertinência de uma obra em relação ao público da biblioteca. Há inúmeros critérios que podem ser considerados, mas compreende-se que a relação memória/esquecimento age de forma entrelaçada, ao mesmo tempo em que o próprio descarte de um acervo pode contribuir para realçar uma coleção que outrora estava soterrada na biblioteca.

4 CONSIDERAÇÕES

As reflexões apresentadas demonstram que a relação do profissional bibliotecário com a memória é muito mais do que apenas o perpetuar de discursos vazios e superficiais tais como “o bibliotecário trabalha com a memória de uma instituição” ou “a biblioteca é um lugar de memória”. Na verdade, o cerne de atuação deste profissional envolve a memória e suas múltiplas nuances. Todas as decisões, construções políticas, pesquisas, formação e desenvolvimento de coleções e afins envolvem os aspectos da memória, de forma que memória não pode ser vista como algo estanque ou que paira tal como uma névoa no ambiente de trabalho do bibliotecário. Pode-se dizer que a memória é ação, se dá no presente e se destina ao vindouro, sendo uma constante a percorrer cada feito deste profissional da informação.

Todavia, devemos tomar alguns cuidados ao trabalharmos com os aspectos concernentes ao campo da memória social, para que não caiamos nos vastos equívocos que podem se perpetuar adquirindo o status de verdade, sendo que o desafio dos profissionais da informação consiste para além da atuação, no modo como este emprega seus discursos, utiliza-se de conceitos e afins.

Algumas inquietações persistem: que outros equívocos conceituais e, por consequência, práticos se constituem no âmbito de atuação do bibliotecário? Quais são os impactos da memória que podem ser analisados quando pensamos uma política de formação e desenvolvimento de coleções para uma determinada tipologia de biblioteca? O repensar da atuação profissional, em consonância com os conceitos do campo da Memória Social apresentados oferece que inovações em termos de gestão do acervo, pessoas e dados fornecidos pelos usuários? Apesar de o bibliotecário estabelecer uma relação intrínseca com a memória em toda sua atuação profissional, podemos inferir que ainda há muito que perscrutar.

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios Sobre Literatura e História da Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.v. 1.
- BERGSON, Henri. **A energia espiritual**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Equívocos da identidade. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Formação e desenvolvimento de serviços informacionais**. São Carlos: EdUFSCar, 2003.
- DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elisabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos: tendências nacionais e internacionais. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p.42-56, maio/ago., 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n34p42/22652>. Acesso em: 27 dez. 2018.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Brasília: Thesaurus, 1998.
- GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929>. Acesso em: 31 ago. 2017.
- GOODE, William; HATT, Paul. O estudo do caso. In: _____. **Métodos em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1975. p. 420-423.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HIRSCH, Marianne. **The generation of postmemory: writing and visual culture after the holocaust**. Nova York: Columbia University, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Questões chave para o desenvolvimento de coleções de recursos eletrônicos: um guia para bibliotecas**. Netherlands, 2012. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/electronic-resource-guide-pt.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2018.

ISHIMOTO, Adonai Takeshi; GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. Nas estantes das bibliotecas, gêneros e silêncios. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 351-366, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/714/1050>. Acesso em: 8 fev. 2019.

KETZER, Araciele Maria; ROSA, Rosane. “De tanto poupar em educação, ficaremos ricos em ignorância”: contranarrativas juvenis no movimento de ocupação de escolas no Rio Grande do Sul. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 44, p. 120-143, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/78925/50029>. Acesso em: 27 dez. 2018.

LEVACOV, Marília. As bibliotecas virtuais: problemas, paradoxos, controvérsias. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 1, p. 1-15, jan./jun., 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3299/3945>. Acesso em: 16 dez. 2018.

LIMA, Regina Célia Montenegro de; FIGUEIREDO, Menezes de. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 137-150, jul./dez. 1984. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/202/202>. Acesso em: 25 dez. 2018.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.17, n.1, p.87-94, jan./abr., 2007. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_49ba2f35c9_0012783.pdf. Acesso em: 26 dez. 2018.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; CARVALHO, Mônica Marques. Desenvolvimento de coleções de fontes de informação eletrônicas em bibliotecas universitárias. **Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 15-28, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/17030/11097>. Acesso em: 23 dez. 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWEITZER, Fernanda; VARVAKIS, Gregório. Memória organizacional e fluxos de informação: proposta de um modelo de representação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 43-59, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1129/1101>. Acesso em: 8 fev. 2019.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Missão, visão e valores como marcas do discurso nas organizações de trabalho. **Psico**, Rio Grande do Sul, v. 43, n. 3, p. 325-333, jul./set. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8055/8233>. Acesso em: 1 set. 2017.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

YOUNG, James. **At memory's edge**. Connecticut: Yale University, 2002.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2013.